

## REVOLTAS ESCRAVAS NA BAÍA NO INÍCIO DO SÉCULO XIX

MARIA BEATRIZ NIZZA DA SILVA\*

São bem conhecidas as conspirações políticas que foram objeto de devassa em finais do século XVIII no Brasil: uma em Minas Gerais em 1789 e outra na Baía em 1798. Analisadas ambas por uma historiografia que pretendia ver nelas movimentos precursores da independência do Brasil, não tiveram contudo outras consequências além da punição dos culpados. A culpa destes resultava de palavras proferidas e não de atos praticados, a menos que reuniões e conversas sejam consideradas ações políticas.

O projeto de sedição na Baía em 1798 foi fundamentalmente um movimento racial, não de negros mas de mulatos livres que se revoltavam contra a posição subalterna que ocupavam na sociedade colonial e sobretudo na hierarquia militar. Não foram os escravos que se insurgiram, ao contrário do que ocorrera em São Domingos onde, apesar da resistência branca, foi proclamada a abolição da escravidão em 1792, proclamação essa sancionada em Paris pela Convenção a 4 de Fevereiro de 1794. As testemunhas interrogadas durante as devassas baianas de 1798 mencionam sempre os escravos “aliciados”, e não escravos ativamente intervenientes na conspiração. Eles teriam apenas sido atraídos para o projetado levante mediante a promessa de que seriam libertados do cativeiro.

Em consequência do movimento libertário em São Domingos, que diminuiu a produção de açúcar na ilha, a Baía intensificou a produção açucareira e a importação de africanos em inícios do século XIX, aumentando assim consideravelmente a população negra da capitania. Esta situação demográfica levou o

---

\* Universidade de São Paulo.

governador conde da Ponte a preconizar “a vigilância e rigorosa subordinação em que deve manter-se a imensa escravatura”.<sup>1</sup>

Comentava o governador em Julho de 1807 que os escravos de Salvador “não tinham sujeição alguma”: “juntavam-se quando e aonde queriam, dançavam e cantavam os dissonoros batuques por toda a cidade a toda a hora; nos arraiais e festas eram eles só os que se senhoreavam do terreno, interrompendo quaisquer outros toques ou cantos; odiavam o senhor que os oprimia, até ameaçando-o com a morte”.

Lembrava ao conde de Anadia em Lisboa que da Costa da Mina tinham entrado, no ano de 1806, 8.037 escravos Geges, Ussás, Nagôs, etc., “nações as mais guerreiras da Costa”. Eram distribuídos pela capitania e muitos permaneciam também na cidade. Nesta os negros eram 25.502, enquanto os brancos não passavam de 14.266 e os pardos de 11.350.

Em finais de 1806 tinham-lhe comunicado que “os cativos da nação Ussá tramavam uma conspiração ou levante”. Tinham-se organizado com um capitão em cada bairro da cidade e um seu agente, “a quem chamavam embaixador”, tinha previsto a fuga dos africanos desta nação, tanto da cidade quanto dos engenhos do Recôncavo, “para se munirem com armas e fazerem guerra aos brancos”.<sup>2</sup>

A ação do governador foi rápida. O dia da procissão do *Corpus Christi*, a mais importante do calendário religioso colonial, fora o momento escolhido pelos rebeldes para o levante, mas terminado o cortejo as saídas da cidade foram fechadas com tropas, os cabeças ou capitães foram presos e apreendidas as armas já reunidas: flechas, madeiras para arcos, facas, e algumas armas de fogo. Depois desta tentativa de sublevação, o conde da Ponte ordenou por meio de um bando: “todo o escravo que fosse encontrado nas ruas da cidade depois das 9 horas da noite sem escrito de seu senhor, ou em companhia dele, fosse preso e açoitado nas cadeias públicas”. Esta medida foi geralmente aprovada pelos habitantes “que não podiam por si sós conter a liberdade e falta de sujeição de seus escravos”.<sup>3</sup>

Foram novamente os cativos da nação Ussá, ou Aussá, que em 1808 projetaram uma revolta, abortada pelas “acertadas providências” do conde da Ponte, que conseguira “atalhar um delito de tão funestas consequências”, nas palavras do governo recentemente instalado no Rio de Janeiro.<sup>4</sup> Mas a rebeldia concretizou-se no ano seguinte, sendo logo comunicado à Corte joanina que, tendo fugido um número considerável de escravos da cidade, de alguns engenhos e da povoação

---

<sup>1</sup> I. ACCIOLI e B. do AMARAL, *Memórias históricas e políticas da Bahia*, Baía, Imprensa Oficial do Estado, vol.III, 1931, p. 228.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 229.

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 230.

<sup>4</sup> Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ), IJJ 9 23, fl. 11v.

de Nazaré das Farinhas, estes fugitivos cometeram roubos, assassinatos e outros crimes, reunindo-se depois em um quilombo distante 9 léguas de Salvador. Mais uma vez o conde da Ponte agira com rapidez e, “no breve espaço de 48 horas”, o quilombo fora destruído, sendo ali apreendidos 83 homens e 12 mulheres.<sup>5</sup>

Em 1809 a Baía ainda não dispunha de uma gazeta, tipo de periódico que só começou a circular dois anos mais tarde, mas uma gazeta manuscrita, semelhante aquelas que também eram redigidas em Portugal, noticiou que numa quarta-feira, 4 de Janeiro de 1809, se tinham levantado na cidade os negros africanos (mas não os crioulos), o que só se soubera no dia seguinte “pelos grandes estragos que eles iam fazendo pelos caminhos da boiada, queimando casas, quantas encontravam, e matando os moradores delas, além das pessoas que encontravam nos mesmos caminhos”. Eram mais de 300 negros, segundo a lista de faltas apresentada pelos senhores. Tinham sido presos 30, além de haver feridos “pela grande resistência que fizeram”. O mesmo tipo de levante ocorrera em Nazaré das farinhas, onde também se constatarem mortes. Informava ainda o gazeteiro que o conde da Ponte castigara aqueles que não eram os cabeças do levante mandando-os, homens e mulheres, trabalhar no desentulho da praça da quitanda de São Bento, onde se iria erguer a Casa da Ópera. Deu ainda notícia de novos levantes de escravos, um deles em fevereiro, sendo todos os rebeldes presos. Em setembro desse ano de 1809 tinham chegado ordens do príncipe regente para que todos os negros rebeldes fossem castigados com açoites e outras punições conforme a gravidade de seus crimes, depois do que seriam entregues a seus senhores para serem vendidos para fora da terra, prática costumeira no Brasil colonial em relação aos escravos perturbadores da ordem numa determinada localidade.<sup>6</sup>

Tendo morrido o conde da Ponte, seu sucessor em 1810 foi o conde dos Arcos. Durante seu governo ocorreu em 1814 uma das mais violentas revoltas e a população branca ficou de tal maneira assustada que se dirigiu diretamente ao príncipe regente D. João por considerar pouco enérgicas e insuficientes as medidas até então tomadas pelo governador. Referiam os autores da representação a “horrorosa catástrofe” e os atentados que punham em risco “suas vidas, honras e fazendas”. E comentavam: “É notório que há 3 para 4 anos os negros tentam rebelar-se e matar todos os brancos, e tendo nos anos anteriores feito duas investidas, agora ao amanhecer no dia 28 de Fevereiro, em distância somente de uma légua desta cidade, deram a terceira com muito mais estragos e ousadias que as outras. Estes ensaios, Senhor, bem prognosticam que chegará (a não se tomarem medidas mui sérias) um dia em que eles de todo acertem e realizem inteiramente

---

<sup>5</sup> Ibid., fl. 24.

<sup>6</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BNRJ), Mss., II – 33,25,53, fl. 5.

o seu projeto, sendo nós as vítimas da sua rebelião e tirania”.<sup>7</sup>

Afirmavam estes negociantes e mais cidadãos de Salvador que a vitória final dos escravos não era impossível, dada a grande desproporção entre brancos e mulatos de um lado, e negros do outro. Pelas listas de população mandadas elaborar pelo conde da Ponte, só na cidade se calculava entre 24 e 27 negros para cada branco ou mulato. Fora de Salvador essa desproporção aumentava. Havia 408 engenhos, calculando-se 100 escravos por engenho e, no máximo, 6 brancos e pardos (ou mestiços) em cada um. Perante estes números, de nada adiantava argumentar, como se tinha feito, que a rebelião era impossível por serem os negros de nações diferentes e inimigas entre si, pois o que se verificara na insurreição era a aliança dos Ussás aos Nagô, Calabar, etc.

Finalizaram sua representação ao príncipe regente com a narrativa do que ocorrera em Fevereiro de 1814: “Eles começaram na armação de Manuel Inácio, e seguindo pelo sítio de Itapoã até o rio de Joanes com o desígnio de irem incorporando-se com os dos mais engenhos e armações”, matando as negras e os moleques que não queriam acompanhá-los. Gritavam: vivam os negros e morram os brancos e mulatos. Seu propósito era claro: acabar não só com os brancos mas também com os mulatos com eles identificados.

Não deixaram os autores da representação a D. João de estabelecer a comparação com o que ocorrera não há muito tempo no Caribe: “Ninguém de bom senso, mesmo prescindindo do prognóstico do atual acontecimento, poderá duvidar que a sorte desta capitania venha a ser a mesma da ilha de São Domingos por dois princípios. 1º, pela demonstrada enorme desproporção de forças, e em uma gente tão aguerrida e tão bárbara que, quando acometem, não temem morrer (...); e o 2º princípio para deduzir a mesma consequência é a relaxação dos costumes e falta de polícia que geralmente se observa nesta cidade pelas muitas larguezas que se lhes tem dado, de sorte que são contínuos os insultos, atacando vergonhosamente pelas ruas a mulheres brancas”.

Habitados às medidas repressivas do conde da Ponte, os signatários do documento consideravam muito brando o governo do conde dos Arcos em relação aos negros e indiretamente acusavam o governador de incompetência: “Isto, e ainda mais, é de esperar onde não há castigo, pois que chegou o tempo de até os senhores serem repreendidos pelo governo se o fazem, mesmo com justiça, atendendo-se mais as queixas dos negros que as razões dos senhores, e chama-se a isto humanidade e idade de ouro do Brasil”. Temos aqui uma alusão à gazeta que começara a circular em 1811 e que se denominava *Idade d'Ouro do Brasil*, numa homenagem ao conde dos Arcos que facilitara sua circulação e cujo gover-

---

<sup>7</sup> BNRJ, Mss., II -34, 6, 57.

no aparecia a alguns como muito benéfico para a Baía.

Os cidadãos assustados acusavam ainda o governador de, durante 40 dias, não ter tomado nenhuma providência, emitindo apenas uma ordem do dia, a 10 de Abril, permitindo “que os negrinhos brinquem com seus bailes nos dois campos de Barbalho e Graça”, o que para os signatários era extremamente imprudente. Aqueles locais eram perigosos “pelo ajuntamento que aí sem serem vistos podem fazer, quando em as circunstâncias atuais nem três se deviam consentir conversar”. Ironicamente comentavam ainda um outro trecho daquela ordem do dia: “em recompensa da barbaridade com que tratavam os dos lugares incendiados, cujas casas chegam a 150 e tantas, e assassinados 50 e tantos, ainda recomenda na sua dita primeira ordem que na cidade se impeçam os tais batuques *com toda a moderação*”. Contrapuseram em seguida os divertimentos e as regalias concedidas aos negros com os das camadas mais desfavorecidas da população branca, como os soldados e os caixeiros que não tinham domingo nem dia santo, sempre aplicados em seus serviços.

Ressaltaram também que o conde dos Arcos, ao ter conhecimento da rebelião pelo capitão Manuel Inácio, só mandara 30 soldados com ordem para agir com brandura, isto quando os negros já tinham queimado as redes daquela armação e assassinado parte da família do capitão. A revolta fora dominada, não pelas forças governamentais, mas pela gente “que acudiu da Torre e mais tabaréus”, ou seja pelos milicianos. Informavam ainda que os escravos tinham morto o negociante Luís António dos Reis, quando este se encontrava em companhia de sua mulher, “a qual foi testemunha da dita crueldade, e espancada pôde escapar”. Também não deixaram de apontar que os rebeldes tinham matado “crianças inocentes”.

Ainda mal refeitos do susto, exprimiam os cidadãos sua opinião acerca do modo de lidar com os negros: “Os mimos deitam a perder esta casta de gente; o temor e rigor do castigo é o único meio de os fazer bem proceder”. Lamentavam os batuques tolerados e a permissão para andarem “com vestimentas de reis, coroando-se com espetáculos e aparatos, fazendo uns aos outros tais e quais homenagens e ajuntamentos com caixas de guerra”.

Não se tratara de uma revolta apenas no perímetro urbano. Espalhara-se por várias vilas: “no Iguape, Cachoeira e Itaparica têm fugido, levantando-se, os negros de Gonçalo Martinho Falcão, Rodrigo de Tal Bernardes, Francisco Vicente Viana, os quais todos senhores de engenho fugiram para esta cidade onde se acham”. A fuga de escravos era já um fenómeno habitual, só que agora era acompanhado de revolta violenta. Não se limitavam os negros a refugiar-se em quilombos; matavam quem lhes aparecesse pelo caminho.

Os historiadores da escravidão na Baía como Stuart Schwartz referiram

as rebeliões escravas, mas não ressaltaram o pavor da população branca perante uma nova forma de resistência mais violenta do que as já conhecidas. Enquanto os signatários da representação ao príncipe regente referem apenas o levante de Fevereiro de 1814, um documento transcrito por Schwartz e datado de Maio desse ano afirmava que na cidade se preparava “um grande levante” dos negros Ussás, “em cuja congregação entravam forros e cativos da mesma nação”.<sup>8</sup> Ou seja, a situação não acalmara e os projetos de rebeldia continuavam.

No Rio de Janeiro, o príncipe regente D. João, depois de receber esta representação, quis ainda receber mais informações acerca dos africanos rebelados, e pediu ao arcebispo que relatasse o que ocorrera na Baía. Este, em carta de 31 de Outubro de 1814, narrou o tumulto dos negros nos arrabaldes da cidade, embora tivesse assumido a sua arquidiocese havia poucos dias. Conseguiu contudo recolher alguns pormenores até então desconhecidos da Corte.

Na noite de 27 de Fevereiro, entre 50 e 60 africanos (Ussás e Bromms) deixaram a cidade por três caminhos diferentes para não levantarem suspeitas e foram reunir-se em um pequeno mato denominado do Barreiro, vizinho da armação de pesca de peixe, cujo proprietário era o capitão Manuel Inácio da Cunha e Meneses. A maior parte dos negros dormira no mato e alguns acolheram-se nas senzalas da armação com os escravos “seus sócios e combinados”.

Ao romper do dia 28 principiaram a incendiar a armação e os moradores, que acorreram ignorando do que se tratava, foram mortos, enquanto os escravos que não se quiseram aliar ao partido dos rebeldes foram maltratados. Em seguida puseram fogo na casa do proprietário e a um armazém que estava cheio de linho e redes novas para a pesca. Nesse local morreram o feitor e uma mulata.

Engrossado o grupo com novos aderentes, uns voluntários, outros levados à força, os negros armados de facões, lanças e outros instrumentos próprios da pesca da baleia, invadiram uma armação vizinha chamada do Carimbamba, pertencente a Francisco Herculano, onde pela resistência encontrada nos escravos “por serem de nação diversa” só puderam incendiar algumas senzalas e roubar os cavalos que se encontravam na estrebaria.

Seguiram adiante e, “fazendo pela estrada toda a casta de desordem”, chegaram à povoação de Itapoã. Eram já cerca de 200, mas os moradores, armados com espingardas, resistiram quanto puderam. Acabada sua munição, não lhes restava senão fugir, deixando a entrada livre aos negros que, “exacerbados com a resistência que se lhes tinha feito e com a morte de seu comandante”, gritavam

---

<sup>8</sup> Stuart SCHWARTZ, “Cantos e quilombos numa conspiração de escravos Haussás. Bahia, 1814”, em João José Reis e Flávio dos Santos Gomes (orgs.), *Liberdade por um fio. História dos quilombos no Brasil*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 390 e seguintes.

“Morra branco”, “Morra mulato” e, por estranho que pareça, “Viva o senhor conde dos Arcos”. Mataram quem encontraram pela frente e, depois de lançarem fogo à povoação, dirigiram-se a uma grande fazenda, de propriedade de João Vaz de Carvalho.

No sobrado se tinha refugiado um grande número de pessoas atemorizadas, que puderam resistir durante algum tempo com suas armas de fogo e muita pedra, mas quando a casa foi incendiada lançaram-se das janelas, escapando do incêndio mas morrendo às mãos dos negros que a cercavam. Entre os mortos estava o negociante Luís António dos Reis, e um mascate que, “apesar de dar 2 contos de réis para salvar a vida, foi morto arrancando-se-lhe a língua”. Mais gente teria morrido se um vigia não tivesse avistado a tropa de Cavalaria na armação de Manuel Inácio. Retiraram-se os negros às pressas e dirigiram-se ao rio de Joanes, onde os caribocas (ou caboclos, mestiços de brancos e índios) e outras pessoas reunidas pelo sargento-mor do Regimento de Caçadores da Torre lhes fizeram frente. Foram mortos muitos negros e outros fugiram a nado.

Só depois destes incidentes é que finalmente chegara a tropa da cidade. Não deixou o arcebispo de enumerar ao príncipe regente os perigos que ainda ameaçavam a capitania: “que havia plano de levante traçado entre os negros da cidade e do Recôncavo; que um escravo do negociante José Agostinho Sales fora vendido por seu senhor por lhe achar em uma caixa muitas pontas de lanças; que outro negro fora encontrado na cidade baixa escondendo um bacamarte; que pouco tempo antes da minha chegada se encontrou num mato que há perto da cidade, chamado Sangradouro, 200 e tantas pontas de lanças escondidas; que na vila de Santo Amaro se deu com um quilombo de mais de 200 pretos, no qual se achou uma tenda de ferreiro e muitas pontas de lanças feitas; que no engenho de José Diogo Ferrão se premeditava um levante, que pode acautelar-se”.<sup>9</sup>

Se compararmos a representação dos negociantes e mais cidadãos ao príncipe regente D. João com o relato do arcebispo fr. Francisco de S. Dâmaso de Abreu Vieira, recém-chegado exatamente neste mês de Outubro de 1814, notamos que a primeira não hesitava em culpar o governador conde dos Arcos por sua omissão e brandura exagerada para com negros perigosos, enquanto o segundo texto procura apenas fazer uma narrativa cronológica e minuciosa dos incidentes ocorridos durante o levante dos escravos, através certamente das informações obtidas no breve período entre a chegada do arcebispo à Baía a 14 de Outubro e a carta de 31 do mesmo mês.

Para finalizar, gostaria de lembrar que a gazeta baiana *Idade d’Ouro do Brasil*, submetida à censura, não fez qualquer referência à rebelião de 1814. Só

---

<sup>9</sup> BNRJ, Mss., II – 33, 22, 69.

mais tarde, em plena fase de luta política, a *Sentinela Baiense* lembrou em 1822 aquelas revoltas a propósito da declaração dos deputados pela Baía às Cortes de Lisboa de que nada havia a recear dos escravos no Recôncavo: “Ninguém ignora que eles incendiaram muitas senzalas, e arruinaram parte de alguns engenhos; que praticaram roubos, insultos e assassinatos; finalmente que, reunindo-se em maior número na Itapoã, queimaram grande parte das casas daquela povoação”. Aludindo ainda às rebeldias escravas em 1807 e depois em 1809, comentou que, na sequência da última revolta de 1814, “ficaram os grandes proprietários justamente assustados” com a possibilidade de se repetirem na Baía “as horrorosas cenas de São Domingos”.<sup>10</sup>

Partidário incondicional das decisões das Cortes de Lisboa, o negociante José Joaquim da Silva Maia, redator da *Sentinela Baiense*, lembrou as revoltas escravas com o objetivo de amedrontar aqueles que na Baía pensassem em separação de Portugal. Aliás, o argumento do perigo negro foi constantemente usado por aqueles que combateram a independência do Brasil, quer em Portugal, quer na Baía, o último reduto unionista, só vencido a 2 de Julho de 1823.

As revoltas escravas, simplesmente planejadas ou concretizadas na Baía nas primeiras décadas do século XIX, precisam de ser situadas num contexto internacional em que a escravidão fora abolida em São Domingos, em que o tratado de 1810 com a Inglaterra prometia a diminuição do tráfico de escravos, ao mesmo tempo em que navios ingleses aprisionaram embarcações negreiras baianas.

Por outro lado, apesar dos obstáculos ao tráfico, a importação de escravos na Baía aumentou consideravelmente nas primeiras décadas para abastecer os engenhos e as plantações de tabaco e a população branca sentiu-se mais do nunca ameaçada por esses africanos recém-chegados, sendo minoritária não só nas fazendas como na própria cidade.

Dois governadores com políticas distintas em relação à escravatura se sucederam no governo da Baía. Do rigor do conde da Ponte, sobretudo em relação aos escravos urbanos, passou-se para a tolerância do conde dos Arcos que procurava apenas controlar com moderação os ajuntamentos de negros e os batuques. Nota-se nas revoltas deste período a participação quase exclusiva dos africanos recém-chegados, estando os crioulos mais aculturados e adaptados à escravidão. A existência de longa data de quilombos habitados por escravos fugidos fora agora alterada pela criação de novos quilombos criados pelos rebeldes que conseguiram escapar às tropas, sobretudo milicianas, as mais ativas na repressão às revoltas.

A violência contra os brancos e os mulatos nas primeiras décadas do século

---

<sup>10</sup> *Sentinela Baiense*, n.º 8, 1822.



XIX provocou mortes e causou ferimentos, incendiou casas e armazéns, facilitou roubos de dinheiro, cavalos e armas, mas tudo pareceu acalmar-se durante os anos em que a população branca se encontrava ocupada a discutir uma nova forma de governo e novas formas de relação com Portugal. Outras revoltas ocorreram durante o governo imperial, mas a escravidão iria durar no Brasil até 1888.